



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE  
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

## EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

**PREGÃO ELETRÔNICO 27/2021**

**PROCESSO 0014133-69.2021.6.25.8000**

### ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, doravante denominado **TRE-SE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, CEP 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, **EXCLUSIVAMENTE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, designados pela Portaria TRE-SE 886/2019, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015, pelo Decreto-Lei 2.848/1940, pela Lei 13.709/2018, pela Resolução TSE 23.234/2010, pela Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DE ANTEPAROS EM POLIESTIRENO PARA AS MESAS E BALCÕES DE ATENDIMENTO DE TODAS AS ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO, DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR E DO POSTO DE ATENDIMENTO DO TRE-SE NO CEAC DO SHOPPING RIOMAR.**

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, e terá como fonte para o seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 167686, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes.

A sessão pública ocorrerá às **9h (NOVE HORAS)**, **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, de **24 DE AGOSTO DE 2021**, mediante uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## **CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1** Esta licitação tem por objeto a **contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno para as mesas/balcões de atendimento de todas as Zonas Eleitorais do Estado, da Central de Atendimento ao Eleitor e do Posto de Atendimento do TRE-SE no CEAC do Shopping Riomar.**

**1.2** A licitação será realizada em item único.

**1.3** O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s) quanto às especificações do objeto contratual.

**1.4** Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

**2.1.1** O credenciamento junto ao provedor do sistema ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

**2.2** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

**2.3** Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

**2.4** Não será admitido o consórcio de licitantes.

**2.5 Não poderão participar deste certame:**

**2.5.1** Empresários cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

**2.5.2** Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-SE.

**2.5.3** Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

**2.5.4** Empresas proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

**2.6** Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), relativo às seguintes declarações:

**2.6.1** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seu(s) anexo(s).

**2.6.2** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

**2.6.3** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**2.6.4** Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**2.6.5** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**2.6.6** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

**2.6.6.1** Tratando-se de licitação com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

**2.7** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**3.1** A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação previstos na **cláusula quarta, a partir de 12 DE AGOSTO DE 2021**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **24 DE AGOSTO DE 2021**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

**3.1.1** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**3.1.2** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

**3.1.2.1** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.1.3** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43

da LC nº 123/2006.

**3.1.3.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**3.1.3.2** A não-regularização da documentação no prazo previsto no item **3.1.3.1** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**3.2** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) durante a sessão pública, ficando responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como suportando o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.3 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:**

**3.3.1** Preços em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas nos **Anexos I** e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

**3.3.1.1 Para elaborar a proposta o licitante deverá preencher a Planilha de Formação de Preços constante do Anexo II.**

**3.3.2** Especificações do objeto e prazos conforme item **5** deste Edital e **Anexo I** (Termo de Referência).

**3.3.2.1** O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do **Anexo I** (Termo de Referência).

**3.3.2.1.1** É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

**3.3.2.1.2** Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

**3.4** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**3.5** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**3.5.1** A documentação referida no item **3.5** poderá ser **complementada** nos termos do art. 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

**3.5.1.1 A complementação de documentação de que trata o item 3.5.1 se refere a documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, e que deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021 - TCU - Plenário).**

## CLÁUSULA QUARTA FORMA DE HABILITAÇÃO

**4.1** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento

**das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

**a) SICAF.**

**b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).**

**c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).**

**d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.**

**4.1.1** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item 4.1 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**4.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.**

**4.1.2.1** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (SICAF) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro poderá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**4.1.2.1.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**4.1.2.1.2** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**4.2 O licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:**

**4.2.1** Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

**4.2.1.1** Registro comercial, no caso de empresário.

**4.2.1.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

**4.2.1.2.1** Os documentos referidos nos itens 4.2.1.1 e 4.2.1.2 devem contemplar o objeto deste Pregão.

**4.2.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

**4.2.1.4** Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

**4.2.1.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou Sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

**4.2.2** Prova de regularidade para com a Seguridade Social e as Fazendas federal e (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União) e municipal (do domicílio ou Sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei).

**4.2.3** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**4.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

**4.3** Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III

(Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal) e IV (Regularidade Fiscal Municipal) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.2.1** a **4.2.4**, desde que os dados registrados/disponibilizados no Sistema permitam a comprovação do atendimento a cada um dos requisitos, devendo cumprir as demais exigências.

**4.4** A regularidade do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta *on-line* na fase de habilitação.

**4.4.1** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**4.4.2** O descumprimento do item **4.4.1** implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta feita pelo Pregoeiro aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.

**4.5** No sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), o licitante deverá emitir declaração indicada no item **2.6.4** deste Edital, no sentido de que não viola a proibição do artigo 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## CLÁUSULA QUINTA

### PRAZOS

**5.1** O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** contados de sua recepção, considerando-se para este fim a data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Instrumento.

**5.2** O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados da data em que receber a convocação, receber ou retirar a Nota de Empenho.

**5.2.1** Integram a Nota de Empenho, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, o(s) seu(s) anexo(s) e a proposta da Contratada.

**5.3** Os prazos, o local e as demais condições de execução da contratação encontram-se definidos no **Anexo I** deste Edital (Termo de Referência).

## CLÁUSULA SEXTA

### PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

#### **6.1** Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

**6.1.1** Qualquer pessoa poderá, **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br), apresentar pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório e/ou impugná-lo.

**6.1.2** O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de **até 2 (dois) dias úteis**.

**6.1.2.1** O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das **7h às 13h**.

**6.1.2.2** O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis

nos sítios [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/pregoes/pregoes-2021-1/pregoes-2021>.

**6.1.3** As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

**6.1.3.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

**6.1.4** As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações vincularão os participantes e a Administração.

**6.1.5** Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

## **6.2 Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:**

**6.2.1** O Pregoeiro, via sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Instrumento, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item **3.1**.

**6.2.1.1** O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Instrumento.

**6.2.1.2** A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos para o **item**.

**6.2.2** Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**6.2.2.1** O modo de disputa será **aberto** e os lances serão ofertados **pelo valor total do item**.

**6.2.2.2** O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

**6.2.2.3** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**6.2.2.4** Em havendo mais de um registro de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

**6.2.3** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação de seu detentor.

**6.2.4** A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

**6.2.5** A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item **6.2.4** será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**6.2.6** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens **6.2.4** e **6.2.5**, a sessão pública se encerrará automaticamente.

**6.2.7** Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), nos termos do disposto no item **6.2.5**, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances em prol da consecução do melhor preço.

### 6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

#### 6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade:

**6.3.1.1** Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), ao licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para o item**, a fim de:

**6.3.1.1.1** Obter preço mais vantajoso para a Administração.

**6.3.1.1.2** Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência (tanto do valor total da contratação, quanto das localidades que compõem a planilha prevista no item **6.3.1.1.2.1**), caso em que o licitante será convocado a fazê-lo até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.1.1.2.1** Para a composição do preço, devem ser considerados os montantes indicados na tabela a seguir, que relaciona cada localidade na qual serão executados serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, seguindo as especificações, modelos e quantidades constantes dos **Anexos I-I** (Modelos de Anteparos) e **I-II** (Quantitativos e Medidas de Anteparos) deste Instrumento, ao respectivo valor de referência:

ITEM	MODELOS E RESPECTIVOS QUANTITATIVOS POR MUNICÍPIO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL DE ANTEPAROS POR MUNICÍPIO	VALOR DE REFERÊNCIA POR MUNICÍPIO (R\$)
1	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para os Cartórios da Capital e CEAC (shopping Riomar) em <b>Aracaju</b> - 3 un do Modelo II, 7 un do Modelo III, 1 un do Modelo IV, 3 un do Modelo V, 1 un do Modelo VI, 1 un do Modelo VII, 2 un do Modelo VIII e 1 un do Modelo IX	UN	19	7.340,00
2	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Aquidabã</b> - 3 un do Modelo II	UN	3	1.040,00
3	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Boquim</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
4	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Capela</b> - 4 un do Modelo IV	UN	4	1.768,00
5	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Estância</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
6	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Gararu</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00

7	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Itabaiana</b> - 2 un do Modelo I, 1 un do Modelo II e 2 un do Modelo IV	UN	5	1.712,00
8	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Japaratuba</b> - 1 un do Modelo II e 2 un do Modelo III	UN	3	1.152,00
9	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Lagarto</b> - 4 un do Modelo IV	UN	4	1.768,00
10	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Laranjeiras</b> - 2 un do Modelo I, 1 un do Modelo II, 1 un do Modelo III e 1 un do Modelo IV	UN	5	1.656,00
11	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Maruim</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.176,00
12	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Neópolis</b> - 3 un do Modelo I	UN	3	872,00
13	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Nossa Senhora das Dores</b> - 4 un do Modelo IV	UN	4	1.768,00
14	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Nossa Senhora da Glória</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.676,00
15	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Porto da Folha</b> - 3 un. do Modelo IV	UN	3	1.376,00
16	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Propriá</b> - 1 un do Modelo I e 4 un do Modelo II	UN	5	1.544,00
17	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>São Cristóvão</b> - 3 un do Modelo I	UN	3	872,00
18	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Simão Dias</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00

19	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Tobias Barreto</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
20	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Campo do Brito</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
21	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Ribeirópolis</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
22	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Canindé de São Francisco</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
23	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Carira</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
24	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Cristinápolis</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
25	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Itaporanga D'Ajuda</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
26	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Nossa Senhora do Socorro</b> - 9 un do Modelo IV	UN	9	3.728,00
27	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Umbaúba</b> - 3 un do Modelo II	UN	3	1.040,00
<b>TOTAL</b>			<b>112</b>	<b>45.624,00</b>

**6.3.1.2** Serão recusadas as propostas:

**6.3.1.2.1** Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme item **6.3.1.1.2**.

**6.3.1.2.2** Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos com mão de obra, com insumos e, de modo geral, com a aquisição e/ou execução do serviço, conforme o caso, sejam coerentes com os praticados no mercado.

**6.3.1.2.3** Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

**6.3.1.3** Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.1.3.1** Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**6.3.1.3.1.1** Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade.

**6.3.1.3.1.2** Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

**6.3.1.3.1.3** Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

**6.3.1.3.1.4** Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados.

**6.3.1.3.1.5** Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente.

**6.3.1.3.1.6** Estudos setoriais.

**6.3.1.3.1.7** Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

**6.3.1.3.1.8** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**6.3.1.4** Na hipótese de não haver lance após o início da fase competitiva e sendo verificado o empate entre as propostas apresentadas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) entre aquelas apresentadas.

### **6.3.2 Condições Específicas de Aceitabilidade:**

**6.3.2.1** O(s) licitante(s) classificado(s) em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro e **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), **deverá(ão) enviar** Planilha conforme **Anexo II** (Modelo de Planilha de Formação de Preços).

**6.3.2.1.1** A entrega e a análise da planilha precedem a aceitação da proposta classificada em primeiro lugar.

**6.3.2.1.2** A entrega da planilha deve observar o prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante, e nela devem constar os valores por localidade/município e totais.

**6.3.2.2** Havendo incorreções, a planilha referida no item **6.3.2.1** poderá ser corrigida, observado o prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.2.3** **Se deixar de apresentar a(s) planilha(s) conforme estabelecido neste Edital ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pelo Pregoeiro, o licitante estará sujeito à penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação.**

### **6.3.3 Condições de Habilitação:**

**6.3.3.1** Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta** e remetidos via sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) por ocasião do encaminhamento da proposta, conforme indicado no item **3.1**, poderão ser **complementados** pelo licitante quando se fizer necessária essa providência.

**6.3.3.1.1** A documentação **complementar** deve ser encaminhada após o encerramento do envio de lances, observando-se o prazo estipulado pelo Pregoeiro, que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo esse prazo ser prorrogado, desde que acolhida justificativa plausível do licitante.

**6.3.3.1.1.1** O encaminhamento da documentação deve ser feito **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

**6.3.3.1.2** Tem-se por **complementares à habilitação** os documentos necessários à confirmação

daqueles exigidos na **cláusula quarta**, observado o disposto no item **3.5.1.1**.

#### **6.3.4 Outras Disposições:**

**6.3.4.1** Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**6.3.4.1.1** Na situação prevista no item **6.3.4.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os itens **6.3.1**, **6.3.2** e **6.3.3**.

**6.3.4.2** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/1999.

**6.3.4.2.1** Havendo a necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de que trata o item **6.3.4.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e o registro da ocorrência em ata.

**6.3.4.3** Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.3.4.3.1** Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada nos mesmos moldes indicados no item **6.3.4.2.1**.

**6.3.4.4** Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme previsto na **cláusula oitava**.

**6.3.4.5** Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar aos licitantes prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejarem a desclassificação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**7.1** Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), em formulários próprios.

**7.2** A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

**7.2.1** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**7.3** Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

**7.3.1** Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

**7.3.1.1** Sucumbência – a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

**7.3.1.2** Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

**7.3.1.3** Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

**7.3.1.4** Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

**7.3.1.5** Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

**7.4** Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo notificados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

**7.5** Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

**7.5.1** Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

**7.5.2** Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

**7.6** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em **até 5 (cinco) dias úteis**.

**7.6.1** Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

**7.6.2** O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**7.7** Fica assegurado aos licitantes:

**7.7.1** O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**7.7.2** Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na Sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

**7.8** Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, nos casos de:

**7.8.1** Anulação ou revogação deste Pregão Eletrônico, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

**7.8.2** Rescisão da contratação e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

**7.9** Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**7.9.1** A Diretoria-Geral do TRE-SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8** e **9.7** deste Instrumento.

## CLÁUSULA OITAVA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**8.1** O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o**

**item**, desde que regularmente atendidos os critérios de habilitação.

**8.2** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

**8.2.1** O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para receber ou retirar a Nota de Empenho, a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa aceitável.

**8.3** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Instrumento e/ou recusar-se injustificadamente a retirar ou receber Nota de Empenho, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante para fazê-lo, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação.

**8.4** A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**8.5** A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.7**.

**8.6** A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

**8.7** A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

**8.8** No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA NONA

### PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

**9.1** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, em seu(s) Anexo(s), e das demais cominações legais:

**9.1.1** Por até 2 (dois) meses, quando não entregar a documentação exigida para o certame.

**9.1.2.** Por até 4 (quatro) meses:

**9.1.2.1** Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

**9.1.2.2** Quando não mantiver a proposta.

**9.1.3** Por até 2 (dois) anos, quando comportar-se de modo inidôneo.

**9.2** O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

**9.3** A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela recusa do envio de seu

detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido do licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

**9.4** O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**9.5** Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

**9.6** Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia ao interessado, mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado de sua notificação.

**9.7** A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado da notificação do licitante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1** Integram este Edital os seguintes Anexos:

**10.1.1** Anexo I – Termo de Referência.

**10.1.1.1** Anexo I - I - Modelos de Anteparos.

**10.1.1.2** Anexo I - II - Quantitativos e Medidas de Anteparos.

**10.1.1.3** Anexo I - III - Termo de Recebimento Provisório.

**10.1.1.4** Anexo I - IV - Termo de Recebimento Definitivo.

**10.1.2** Anexo II – Planilha de Formação de Preços.

**10.2** As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento, alteração de preços e sanções contratuais constam do **Anexo I** (Termo de Referência).

**10.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.**

**10.4** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta e da habilitação, observando-se para tanto os termos dos itens **3.5.1.1** e **6.3.4.2.1**.

**10.5** Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br).

**10.6** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**10.7** Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), a Lei 10.520/2002, a Lei 13.709/2018, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto-Lei 2.848/1940, o Decreto 8.538/2015, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 DO OBJETO

**1.1** Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, em nove Modelos (I a IX), com espessura de 4mm, abertura para passagem de documentos (exceto para o modelo IX), abas dobradas e cantos arredondados, para as mesas/balcões de atendimento de todas as Zonas Eleitorais do Estado, da Central de Atendimento ao Eleitor e do Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar.

#### 1.1.1 Descrição do Objeto

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	541-0	SERVIÇO DE CONFECÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DE ANTEPAROS	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, em nove Modelos (I a IX), com espessura de 4mm, abertura para passagem de documentos (exceto para o modelo IX), abas dobradas e cantos arredondados, para as mesas/balcões de atendimento de todas as Zonas Eleitorais do Estado, da Central de Atendimento ao Eleitor e do Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar.	<b>45.624,00</b>

#### 1.1.2 Valor por localidade

ITEM	MODELOS E RESPECTIVOS QUANTITATIVOS POR MUNICÍPIO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL DE ANTEPAROS POR MUNICÍPIO	VALOR DE REFERÊNCIA POR MUNICÍPIO (R\$)
1	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para os Cartórios da Capital e CEAC (shopping Riomar) em <b>Aracaju</b> - 3 un do Modelo II, 7 un do Modelo III, 1 un do Modelo IV, 3 un do Modelo V, 1 un do Modelo VI, 1 un do Modelo VII, 2 un do Modelo VIII e 1 un do Modelo IX	UN	19	7.340,00
2	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Aquidabã</b> - 3 un do Modelo II	UN	3	1.040,00

3	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Boquim</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
4	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Capela</b> - 4 un do Modelo IV	UN	4	1.768,00
5	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Estância</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
6	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Gararu</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
7	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Itabaiana</b> - 2 un do Modelo I, 1 un do Modelo II e 2 un do Modelo IV	UN	5	1.712,00
8	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Japaratuba</b> - 1 un do Modelo II e 2 un do Modelo III	UN	3	1.152,00
9	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Lagarto</b> - 4 un do Modelo IV	UN	4	1.768,00
10	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Laranjeiras</b> - 2 un do Modelo I, 1 un do Modelo II, 1 un do Modelo III e 1 un do Modelo IV	UN	5	1.656,00
11	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Maruim</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.176,00
12	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Neópolis</b> - 3 un do Modelo I	UN	3	872,00
13	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Nossa Senhora das Dores</b> - 4 un do Modelo IV	UN	4	1.768,00
14	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Nossa Senhora da Glória</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.676,00

15	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Porto da Folha</b> - 3 un. do Modelo IV	UN	3	1.376,00
16	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Propriá</b> - 1 un do Modelo I e 4 un do Modelo II	UN	5	1.544,00
17	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>São Cristóvão</b> - 3 un do Modelo I	UN	3	872,00
18	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Simão Dias</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
19	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Tobias Barreto</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
20	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Campo do Brito</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
21	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Ribeirópolis</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
22	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Canindé de São Francisco</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
23	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Carira</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
24	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Cristinápolis</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
25	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Itaporanga D'Ajuda</b> - 3 un do Modelo IV	UN	3	1.376,00
26	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Nossa Senhora do Socorro</b> - 9 un do Modelo IV	UN	9	3.728,00
27	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente de 4 mm incolor para o Cartório Eleitoral de <b>Umbaúba</b> - 3 un do Modelo II	UN	3	1.040,00

<b>TOTAL</b>	<b>112</b>	<b>45.624,00</b>
--------------	------------	------------------

### 1.1.3 Tabela descritiva dos modelos de anteparos

TIPO DO MODELO	DESCRIÇÃO DO MODELO	UNIDADE E MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>0,70 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, com abertura para passagem de documentos de 25cm de altura, para as mesas/balcões de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/ Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO I</b>	UN	11
2	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>0,90 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, com abertura para passagem de documentos de 25cm de altura, para as mesas/balcões de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/ Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO II</b>	UN	16
3	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>1,10 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, com abertura para passagem de documentos de 25cm de altura, para as mesas/balcões de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/ Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO III</b>	UN	10
4	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>1,30 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, com abertura para passagem de documentos de 25cm de altura, para as mesas/balcões de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/ Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO IV</b>	UN	67
5	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>1,30 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, com abertura para passagem de documentos de 15cm de altura, para as mesas/balcões de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/ Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO V</b>	UN	3
6	Contratação de serviços de confecção, entrega e instalação de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>1,60 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, com abertura para passagem de documentos de 15cm de altura, para as mesas/balcões de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO VI</b>	UN	1

7	Contrataç3o de serviç3os de confecç3o, entrega e instalaç3o de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>1,90 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, com abertura para passagem de documentos de 15cm de altura, para as mesas/balc3es de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/ Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO VII</b>	UN	1
8	Contrataç3o de serviç3os de confecç3o, entrega e instalaç3o de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>1,50 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, com abertura para passagem de documentos de 15cm de altura, para as mesas/balc3es de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/ Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO VIII</b>	UN	2
9	Contrataç3o de serviç3os de confecç3o, entrega e instalaç3o de anteparos em poliestireno transparente incolor, medindo <b>1,50 x 0,70m</b> , com espessura de 4mm, abas dobradas e cantos arredondados, para as mesas/balc3es de atendimento das Zonas Eleitorais/ Central de Atendimento ao Eleitor/ Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar. <b>MODELO IX</b>	UN	1
<b>TOTAL</b>		UN	<b>112</b>

**1.1.4** O detalhamento/croqui dos Modelos (I a IX) e quantitativos descritos nas planilhas dos itens **1.1.2** e **1.1.3** encontram-se nos **Anexos I-I** (Modelos de Anteparos) e **I-II** (Quantitativos e Medidas dos Anteparos).

## **1.2 Justificativa para contrataç3o do Objeto:**

**1.2.1** Necessidade de oferecer proteç3o e seguranç3a aos servidores e p3blico em atendimento, contra propagaç3o e cont3gio de doenç3as que possam ser transmitidas por fluidos expelidos pela saliva, prioritariamente a sars-cov-2.

**1.2.2** Justifica-se, portanto, a presente contrataç3o para que as atividades no TRE/SE possam transcorrer sem soluç3o de continuidade e os servidores e p3blico estejam devidamente protegidos.

**1.2.3** Este tipo de proteç3o oferece facilidade de higienizaç3o e durabilidade e por ser transparente n3o altera o ambiente de atendimento, permitindo interagir com o p3blico normalmente.

**1.2.4** A contrataç3o em item 3nico se deve necessidade de padronizaç3o dos serviç3os de confecç3o e fixaç3o dos anteparos, bem como do material utilizado, para toda a Justiç3a Eleitoral de Sergipe. As dificuldades na gest3o da contrataç3o ser3o minimizadas.

## **1.3 Justificativa para inclus3o de crit3rios de sustentabilidade ambiental**

**1.3.1** Disp3e o art. 225, *caput*, da Constituiç3o Federal: "todos t3m direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial 3 sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder p3blico e 3 coletividade o dever de defend3-lo e preserv3-lo para as presentes e futuras geraç3es". Nesse diapas3o, o TRE/SE insere em seus procedimentos rotineiros pr3ticas mais sustent3veis de consumo. Ao optar pela busca da sustentabilidade, o TRE/SE se adequa 3 sua miss3o constitucional e se habilita a divulgar, promover e at3 mesmo cobrar da sociedade aç3es semelhantes.

**1.3.2** A promoç3o do desenvolvimento nacional sustent3vel 3 atualmente um dos tr3s pilares das licitaç3es p3blicas, ao lado da observ3ncia do princ3pio constitucional da isonomia e da seleç3o da

proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 3º da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010).

**1.3.3** A adoção de práticas de sustentabilidade ambiental atende à Recomendação nº 11, de 22.5.2007, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que visa à correta preservação e recuperação do meio ambiente, a exemplo da “utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental levando em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável - *segurança para o usuário e instalações*”, buscando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental.

**1.3.4** As soluções de sustentabilidade fizeram parte dos projetos (modelos), desde sua preconcepção, buscando alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo. Permitem a compra de materiais com minimização de impactos, a previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase construtiva e de sua reutilização, uso ou disposição adequados.

## 2 DOS PRAZOS

**2.1** O prazo de execução da contratação a ser firmada com o licitante vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento é **60 (sessenta) dias**, contando-se da data do recebimento ou retirada da Nota de Empenho.

**2.2** O prazo de vigência da contratação será de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data do recebimento ou retirada da Nota de Empenho.

**2.3** Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **2.1** e **2.2**, admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

## 3 DOS SERVIÇOS E DE SUAS ESPECIFICAÇÕES

**3.1** Confeccionar, fornecer e instalar anteparos em poliestireno transparente incolor, seguindo as especificações, modelos e quantidades constantes dos **Anexos I-I** (Modelos de Anteparos) e **I-II** (Quantitativos e Medidas de Anteparos) deste Instrumento.

**3.2** A fixação dos anteparos sobre as mesas/balcões será feita por fita adesiva dupla face 3M ou similar, a ser submetida ao CONTRATANTE para aprovação, e inclusa no fornecimento.

**3.3** Os anteparos deverão ter afixados em torno de todo o seu perímetro, fitas adesivas tipo Vinil/Oracal linha 651, ou similar, na cor 090 silver gray, de 1,5 cm de largura, devidamente aprovadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação. As fitas adesivas tem por objetivo facilitar a visualização das placas, garantindo a segurança dos usuários.

**3.4** A contratada deverá observar as medidas em conformidade com o disposto no Anexo **I-II** (Quantitativos e Medidas de Anteparos) deste Instrumento.

**3.5** As especificações e os projetos (modelos) somente poderão ser modificados com a autorização prévia e expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.

**3.6** O valor da proposta, que corresponderá ao valor da contratação, deverá contemplar todos os materiais necessários à execução dos serviços de confecção, fornecimento e instalação, todos os gastos com transporte para o local de entrega, assim como toda mão de obra, além dos equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços.

**3.7** A contratada deverá fornecer cronograma de instalação dos anteparos em todo o Estado, compatível com o prazo de execução previsto no **item 2.1** deste Instrumento, que será previamente analisado para aprovação pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

**3.8** Os locais para entrega e instalação dos anteparos em todo o Estado, são os especificados na tabela abaixo:

ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	CARTÓRIO	ENDEREÇO	CEP
----------------	-----------	----------	----------	-----

1, 2, 27 e CAE – Central de Atendimento ao Eleitor	ARACAJU	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima	Rua Itabaiana, 580 – Centro	49015-110
Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar	ARACAJU	Shopping Riomar	Av. Delmiro Gouveia, 400 – Coroa do Meio	49035-500
3	AQUIDABÃ	Cartório Eleitoral de Aquidabã	Av. Min. Leonor Barreto Franco, 137, Centro	49790-000
4	BOQUIM	Fórum Eleitoral de Boquim	Pq. Citrícula Gov. João Alves Filho, s/n,	49360-000
5	CAPELA	Fórum Eleitoral de Capela	Pça. Do Conjunto Manoel Cardoso de Souza Filho S/N,	49700-000
6	ESTÂNCIA	Fórum Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar	Avenida Santa Cruz, s/n	49200-000
8	GARARU	Fórum Eleitoral Promotor José Medeiros	Av. Marechal Floriano, 26	49830-000
9	ITABAIANA	Fórum Des. José Artêmio Barreto	Av. Dr. Luiz Magalhães , s/n, Bairro Serrano	49503-256
11	JAPARATUBA	Fórum Alberto Barreto de Azevedo	Rodovia Lúcio Prado, s/n	49960-000
12	LAGARTO	Fórum Eleitoral Juiz Osório de Araújo Ramos	Rodovia Antônio Martins de Menezes, s/n	49400-000
13	LARANJEIRAS	Fórum Levindo Cruz em Laranjeiras	Alameda Iêda Rosa, s/n, Bairro Manoel do Prado Franco	49170-000
14	MARUIM	Fórum Advogado Jaime de Araújo Andrade	Rua Álvaro Garcez, 485, Centro	49770-000
15	NEÓPOLIS	Fórum Des. José Antônio de Andrade Góes em Neópolis	Praça Monsenhor José Moreno de Santana s/n	49980-000
16	NOSSA SENHORA DAS DORES	Fórum Des. Joel Macieira Aguiar	Praça Des. Aloísio de Abreu Lima, nº 01, Centro	49600-000
17	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	Fórum Juiz Aloísio Vilas-Boas	Av. Manoel Elígo da Mota s/n, Nova Esperança	49680-000
18	PORTO DA FOLHA	Fórum Juiz Thiers Gonçalves de Santana	Rua das Onças, s/n, Coroa do Meio	49800-000
19	PROPRIÁ	Fórum Juiz João Fernandes de Britto	Av. João Barbosa Porto s/n	49900-000
21	SÃO CRISTÓVÃO	Fórum Des. Gilson Gois Soares	Rod. João Bebe Água s/n - Largo Joel Fones Costa	49100-000
22	SIMÃO DIAS	Fórum Des. Belmiro da Silveira Góes	Praça Lucila Macedo Déda s/n, Centro	49480-000
23	TOBIAS BARRETO	Fórum Jurista Tobias Barreto de Menezes	Praça Castelo Branco S/N, Centro	49300-000
24	CAMPO DO BRITO	Fórum Eleitoral Conselheiro Manoel Cabral Machado	Rua Gabriel de Lima, s/n	49520-000

26	RIBEIRÓPOLIS	Fórum Dr. Luiz Antônio Teixeira	Praça Manoel Carmo de Jesus, s/n, Centro	49530-000
28	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	Fórum Eleitoral Juiz Manoel Soares Pinto	Rua Antônio Caetano de Sá, s/n, Centro	49820-000
29	CARIRA	Fórum Eleitoral de Carira	Praça Maria Jozita de Aragão, Matadouro Velho	49550-000
30	CRISTINÁPOLIS	Fórum Cel. Lourival Alves da Costa Filho em Cristinápolis	Rua João Ferreira Santos Reis, 117, Centro	49270-000
31	ITAPORANGA D'AJUDA	Des. José Fernandes Prado Vasconcelos	Av. Emídio Maxi Neto, 170, Centro	49120-000
34	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Fórum Dr. Gilberto Vila Nova Carvalho	Rua Dr. Manoel dos Passos, s/nº, Centro	49160-000
35	UMBAÚBA	Fórum Des. Pascoal Nabuco D'Ávila	Rua Aniceto Lima, s/n, Centro	49260-000

#### 4 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**4.1** Emitir Nota de Empenho.

**4.2** Proporcionar à CONTRATADA as condições indispensáveis à execução do objeto.

**4.3** Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

**4.4** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

**4.5** Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por e-mail.

**4.6** Fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

#### 5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DE SUAS VEDAÇÕES

##### 5.1 É dever da CONTRATADA:

**5.1.1** Indicar, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, da retirada ou recebimento da Nota de Empenho, representante para a execução do objeto da presente contratação.

**5.1.1.1** Indicar outro representante, no mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o CONTRATANTE utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a substituição daquele anteriormente designado.

**5.1.2** Executar o objeto da Contratação rigorosamente de acordo com este Instrumento.

**5.1.3** Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da CONTRATADA, independentemente da ação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

**5.1.4** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos pelos seus operários e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

**5.1.5** Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

**5.1.6** Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e tudo mais que se fizerem necessários à conclusão e quitação dos encargos dos referidos serviços.

**5.1.7** Indicar minuciosamente todo e qualquer material a ser utilizado para análise e aprovação pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

**5.1.7.1** Não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

**5.1.8** Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

**5.1.8.1** A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.1.8** transferirá à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

**5.1.9** Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

**5.1.10** Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de uso pelos servidores, durante seu horário de funcionamento.

**5.1.11** Apresentar à Gestão/Fiscalização da Contratação, em até 24 (vinte e quatro) horas do momento do início da execução do objeto, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa.

**5.1.11.1** O pessoal que trabalhará na execução dos serviços contratados deverá estar devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos realizados.

**5.1.12** Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, **estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE/SE**, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos etc.

**5.1.13** Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo o patrimônio do TRE/SE e dos servidores estejam protegidos e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que os locais que sofrerão intervenção estarão com o seu funcionamento habitual durante o período de execução dos trabalhos contratados.

**5.1.14** Combinar, previamente com a Gestão/Fiscalização da Contratação, os horários de atuação da CONTRATADA, que, via de regra, será entre as 8h e as 17h, podendo, se necessário, verificar-se em horários diversos, desde que a justificativa seja acolhida pelo CONTRATANTE.

**5.1.15** O representante indicado para a condução e execução dos serviços, deve reunir poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

**5.1.16** Retirar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após receber a notificação, todo material rejeitado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

**5.1.17** Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

**5.1.18** Afastar ou substituir por recomendação da Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer empregado-que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

**5.1.19** Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Gestão/Fiscalização da Contratação.

**5.1.20** Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestora da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica (e-mail).

**5.1.21** Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

**5.1.22** Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição da equipe executora dos serviços.

**5.1.23** Remover, ao fim dos serviços os restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem

como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

**5.1.24** Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Gestão/Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

**5.1.25** Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive os serviços mal executados.

**5.1.26** Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Gestão/Fiscalização da Contratação julgar necessário.

**5.1.27** **Garantir, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, todos os serviços executados**, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

**5.1.28** Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

**5.1.29** **Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em:** <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

## **5.2 É expressamente vedado à CONTRATADA:**

**5.2.1** Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

**5.2.2** Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente) a contratação.

**5.2.3** Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

**5.2.4** Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho para qualquer operação financeira.

**5.2.5** Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **6 DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**6.1** A Gestão da Execução Contratação será realizada pela **Coordenadoria de Obras e Serviços (COSER)**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital (e anexos), neste Instrumento e na proposta da CONTRATADA e a aceitação por meio de atestação exarada na Nota Fiscal ou Fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

**6.2** A **Fiscalização** da Contratação será realizada pela **Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG)**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**6.3** O objeto da contratação será recebido mediante termo próprio, da seguinte forma:

**6.3.1** Provisoriamente, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

**6.3.1.1** A Gestão/Fiscalização da Contratação terá 2 (dois) dias úteis, a contar da entrega do objeto, para informar se o(s) produto(s) entregue(s) e instalado(s) está(ão) em conformidade com as especificações exigidas, emitindo, ato contínuo, “Termo de Recebimento Provisório”.

**6.3.1.2** Definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do “Termo de Recebimento Provisório” ou do saneamento das ocorrências nele apontadas, após avaliação da qualidade do objeto

pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

**6.4** A Gestão/Fiscalização da Contratação fiscalizará o fornecimento do objeto contratado, com poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas, e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Instrumento, na respectiva proposta e na Nota de Empenho.

**6.5** A Gestão/Fiscalização da Contratação será exercida no interesse do TRE-SE, não excluindo ou reduzindo esta atividade a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução do objeto contratado e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros.

**6.6** Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta submeterá a matéria aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis

**6.7** Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados em 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser fixado prazo diverso para resolução do problema de acordo com a complexidade do caso.

## 7 DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

**7.1** Pelo perfeito e fiel fornecimento e instalação do objeto deste Instrumento, o TRE/SE efetuará o pagamento do preço proposto **em até 20 (vinte) dias úteis** contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, acompanhada de todos os documentos necessários à atestação, através de qualquer tipo de Ordem Bancária.

**7.1.1** Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no §3º do art. 5º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da atestação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a Nota Fiscal/Fatura necessários a essa providência.

**7.1.2** A atestação será efetuada pela Gestão/Fiscalização da Contratação em até 2 (dois) dias úteis contados do perfeito e efetivo fornecimento e instalação do objeto contratado.

**7.1.3** O prazo para atestação não correrá enquanto houver pendências por parte da CONTRATADA quanto à conformidade do objeto, cujas providências tenham sido comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, sendo-lhe comunicada qualquer incorreção nas Faturas ou Notas Fiscais, suspendendo-se os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

**7.2** Para o pagamento, a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da CONTRATADA relativa à Seguridade Social - INSS, através da CND - Certidão Negativa de Débitos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**7.2.1** A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <https://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atspo/certidao/cndconjuntainter/informanicertidao.asp?tipo=1>, <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

**7.2.2** A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT será sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

**7.2.3** O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e na Nota de Empenho.

**7.2.4** Eventual mudança do CNPJ da CONTRATADA (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da Nota Fiscal.

**7.3** De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011, do Município de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal

Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da CONTRATADA sediada fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

**7.3.1** A CONTRATADA deverá previamente à emissão da Nota Fiscal efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br/>.

**7.3.2** O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

**7.4** Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.1** e **.7.1.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$ .

**7.4.1** Salvo a atualização financeira prevista no item **7.4**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

**7.5** Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da CONTRATADA, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

**7.6** Qualquer incorreção nas Faturas ou Notas Fiscais comunicada à CONTRATADA suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

**7.7 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos às retenções na fonte nos seguintes termos:**

**7.7.1** Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

**7.7.2** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

**7.8** Não haverá reajuste de preços, uma vez que o prazo de vigência da contratação é inferior a um ano, cujo termo inicial é contado da data da apresentação da proposta do certame.

## **8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

**8.1** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993; e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução da contratação (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

**8.1.1 Advertência**, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

**8.1.2 Multa moratória**, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento) do valor global da contratação, por dia de atraso na finalização dos serviços**, até o limite de **15 % (quinze por cento)** do valor global.

**8.1.3 Multa**, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

**8.1.3.1** No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

**8.1.3.1.1** A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA não iniciar as atividades em até **15 (quinze) dias** contados do encerramento do prazo estabelecido no **item 2.1**.

**8.1.3.2** Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, a **multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência**.

**8.1.3.3** Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa de **0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência**.

**8.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

**8.1.4.1 Por até 1 (um) ano**, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

**8.1.4.2 Por até 2 (dois) anos**, na hipótese de convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar ou receber a Nota de Empenho, e no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, resultar em prejuízo ao CONTRATANTE.

**8.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

**8.1.4.3.1** Para os fins do item **8.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

**8.2** O valor das multas previstas nos itens **8.1.2** e **8.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE/SE.

**8.2.1** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

**8.3** À CONTRATADA que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

**8.3.1** Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE/SE.

**8.3.1.1** Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE/SE.

**8.3.1.2** Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

**8.3.2** Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao

objeto da contratação.

**8.3.3** Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **8.3.1** e **8.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da CONTRATADA e a caracterização de prejuízo ao TRE/SE.

**8.4** As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

## **9 DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## **10 DA RESCISÃO**

**10.1** A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

**10.2** No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

**10.3** As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item **8.4** deste Instrumento.

## **11 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO**

**11.1** A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão Contratante, caso em que será comunicado à CONTRATADA.

## **12 DO FORO**

**12.1** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **13 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**13.1** Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, a Lei 13.709/2018, o Decreto-Lei 2.848/1940, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE/SE 120/2015, e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

## **ANEXO I - I**

### **MODELOS DE ANTEPAROS**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 0010885-95.2021.6.25.8000, DOC. SEI 1046170**

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes->

[e-contratos](#) (pesquisar por número e ano da licitação) e [http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp) (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

## ANEXO I - II

### QUANTITATIVOS E MEDIDAS DE ANTEPAROS

(PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 0010885-95.2021.6.25.8000, DOC. SEI 1045111)

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e [http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp) (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

## ANEXO I - III

### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

LISTA DE VERIFICAÇÃO - RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO			
<b>CONTRATADA:</b>			
<b>CNPJ:</b>			
<b>NOTA DE EMPENHO:</b>			
<b>OBJETO:</b>			
<b>FISCAIS TÉCNICOS</b>			
Titulares:			
Substitutos:			
<b>FISCAIS ADMINISTRATIVOS:</b>			
Titulares:			
Substitutos:			
<b>ANÁLISE DOS ASPECTOS QUANTITATIVOS</b>			
ITEM	CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO
1	A contratada executou a totalidade dos serviços contratados		
<b>PARECER DA FISCALIZAÇÃO</b>			
	A Contratada <b>ATENDEU</b> aos aspectos quantitativos da execução do objeto ( ) SIM ( ) NÃO		
	A Contratada <b>NÃO ATENDEU</b> aos aspectos quantitativos da execução do objeto (vide observações no Relatório de Ocorrências) ( ) SIM ( ) NÃO		
<b>RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS</b>			

	NÃO HOUVE O REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DO OBJETO
	Assinaturas dos Fiscais do Contratação

## ANEXO I - IV

## TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

<b>LISTA DE VERIFICAÇÃO - RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO</b>			
<b>CONTRATADA:</b>			
<b>CNPJ:</b>			
<b>NOTA DE EMPENHO:</b>			
<b>OBJETO:</b>			
<b>FISCAIS TÉCNICOS</b>			
Titulares:			
Substitutos:			
<b>FISCAIS ADMINISTRATIVOS:</b>			
Titulares:			
Substitutos:			
<b>ANÁLISE DOS ASPECTOS QUANTITATIVOS</b>			
<b>ITEM</b>	<b>CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
1	A Contratada executou a totalidade dos serviços contratados.		
<b>PARECER DA FISCALIZAÇÃO</b>			
	A Contratada <b>ATENDEU</b> aos aspectos quantitativos da execução do objeto ( ) SIM ( ) NÃO		
	A Contratada <b>NÃO ATENDEU</b> aos aspectos quantitativos da execução do objeto (vide observações no Relatório de Ocorrências) ( ) SIM ( ) NÃO		
<b>ANÁLISE DOS ASPECTOS QUALITATIVOS</b>			
<b>ITEM</b>	<b>CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
1	A Contratada iniciou a execução dos serviços em conformidade com a solicitação expedida pela fiscalização?		
<b>PARECER DA FISCALIZAÇÃO</b>			
	A Contratada <b>ATENDEU</b> aos aspectos qualitativos da execução do objeto ( ) SIM ( ) NÃO		
	A Contratada <b>NÃO ATENDEU</b> aos aspectos qualitativos da execução do objeto (vide observações no Relatório de Ocorrências) ( ) SIM ( ) NÃO		
<b>RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS</b>			

	NÃO HOUVE O REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DO OBJETO
<b>RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO</b>	
Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência, quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos, a fiscalização decide por:	
	<b>RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO</b>
	<b>NÃO RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO</b>
	<b>Assinaturas dos Fiscais do Contratação</b>

**ANEXO II**  
**MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 0010885-95.2021.6.25.8000, DOC. SEI 1064031)**

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e [http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp) (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ROBERTO CAVALCANTI PEREIRA, Analista Judiciário**, em 10/08/2021, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1065343** e o código CRC **7001E2D7**.